

Prefeito articula "lobby" na Constituinte

Da Sucursal

Goiânia O prefeito desta capital, Daniel Antonio, tentará viabilizar a instalação de um comitê municipalista em Brasília para atuar junto à Assembléia Nacional Constituinte, em defesa dos interesses dos municípios. A cada semana um grupo de prefeitos e vereadores se revezará no escritório a ser montado, fazendo lobby em torno dos eleitos para redação da nova Constituição. "Será uma forma de cobrarmos os compromissos assumidos pelos constituintes durante a campanha eleitoral

e garantirmos o restabelecimento da verdadeira autonomia municipal e uma reforma tributária justa", explica o prefeito goianense.

Ele já enviou mensagens aos constituintes eleitos por Goiás e agora mobiliza seus colegas prefeitos, vereadores e outras lideranças municipais deste estado para a criação do Comitê Goiano de Defesa do Município junto à Assembléia Nacional Constituinte. A proposta já encontra respaldo em grande número de municípios.

Daniel Antonio aguarda a resposta dos telegramas

enviados a seus colegas dos 244 municípios goianos e mantém a expectativa de que aceitem sua proposta.

"Se houver essa concordância nós criaremos o comitê e formaremos uma comissão permanente em Brasília, integrada por prefeitos, presidente de câmaras e vereadores. Eles ficarão no Distrito Federal em vigília, acompanhando os debates e a votação da Assembléia Constituinte — inclusive participando das discussões ou encaminhamentos na medida em que isso for possível. Semanalmente essa comissão será trocada por uma nova co-

missão, mantendo a vigília até que se negocie uma reforma justa para os municípios".

A exemplo das prefeituras das demais capitais brasileiras, a de Goiânia enfrenta seríssimos problemas financeiros. Sua receita hoje revela-se insuficiente para quitação das folhas de pagamentos ao funcionalismo e com frequência seu dirigente tem que estar buscando auxílio junto ao Governo do estado e a União, sem muito sucesso na maioria de seus pleitos.

Segundo Daniel Antonio, a nova Constituição deve fazer com que o Governo

Federal "tire das costas das prefeituras os órgãos da União que funcionam no município e por este mantidos. Isso é absolutamente injusto para com o município e penaliza não apenas a prefeitura mas o próprio município e as nossas parcas receitas". Cita como exemplos o TRE, assinalando que se a prefeitura tirar do Tribunal os seus servidores a Justiça Eleitoral não tem como funcionar. O número de servidores é elevado, revela. Também mantém o funcionamento da Fundação Educar, que substituiu o antigo Mobral, as juntas do Servi-

ço Militar, além de "outros abusos contra o município. "Esses abusos não têm limites. Temos de manter o serviço de assistência social. Goiânia mantém 50 mil crianças nas escolas municipais enquanto que a União não tem uma escola sequer de primeiro grau nesta capital e tampouco qualquer outra instituição de ensino fundamental".

A nova Carta Magna deverá ainda estabelecer uma reforma tributária que devolva ao município boa parte da receita tributária que nele é gerada e que hoje se concentra nas mãos do Governo Federal

— prega Daniel Antonio. "Só assim, com recursos suficientes para as reais necessidades dos municípios, os dirigentes poderão desenvolver administrações que atendam às legítimas reivindicações da comunidade. É o prefeito, o vereador, na primeira instância e com toda a propriedade, que sabe o que é realmente prioritário para sua cidade, sua gente. Então é a prefeitura que tem de ter ao seu alcance os meios para o atendimento dessas prioridades e não instâncias mais elevadas e distantes da realidade municipal".